
Coleção

REPERCUSSÕES DO

v.9

**NOVO
CPC**

Coordenador geral

FREDIE DIDIER JR.

**LEGISLAÇÃO PROCESSUAL
EXTRAVAGANTE**

Coordenadores

EDUARDO FONSECA DA COSTA

HEITOR VITOR MENDONÇA SICA

2016

 EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Antonio Gidi, Eduardo Viana, Dirley da Cunha Jr.,
Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar,
Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho,
Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Caetê Coelho (caete1984@gmail.com.br)

L514 Legislação processual extravagante / coordenadores, Eduardo Fonseca da
Costa, Heitor Vitor Mendonça Sica – Salvador : Juspodivm, 2016.
344 p. (Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 9 ; coordenador geral, Fredie
Didier Jr.)

Vários autores.
ISBN: 978-85-442-0628-7

1. Fontes do direito. 2. Conflitos de leis. I. Costa, Eduardo Fonseca da; Sica,
Heitor Vitor Mendonça. II. Título.

CDD 340.323

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Capítulo 1 ► Os impactos do novo CPC nos atos processuais iniciais e expropriatórios da execução fiscal	15
<i>Bruno Freire e Silva e Marcela Melo Perez</i>	
INTRODUÇÃO.....	15
1. PREMISSA METODOLÓGICA NA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NA EXECUÇÃO FISCAL	16
2. ATOS PROCESSUAIS INICIAIS DA EXECUÇÃO FISCAL	17
2.1. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL (ART. 6º) E O DESPACHO INICIAL (ART. 7º E 8º)	17
2.2. A LEGITIMIDADE PASSIVA (ART. 4º)	20
2.3. A GARANTIA DA EXECUÇÃO FISCAL (ART. 9º)	25
2.4. PARCELAMENTO	26
3. ATOS PROCESSUAIS DE PENHORA, AVALIAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE BENS.....	28
3.1. PENHORA	28
3.2. AVALIAÇÃO	34
3.3. EXPROPRIAÇÃO	36
CONCLUSÃO	39
Capítulo 2 ► O novo CPC e o controle abstrato de constitucionalidade	41
<i>Carlos Roberto de Alckmin Dutra</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	41
2. A ESPECIALIDADE DO PROCESSO DE CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS.....	42
3. O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	45
4. REGRAS GERAIS RELATIVAS AOS RECURSOS.....	50
5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	53
6. PRAZOS EM DOBRO PARA ENTES PÚBLICOS.....	55
7. O AMICUS CURIAE.....	56
8. (I)LEGITIMIDADE RECURSAL DO AMICUS CURIAE.....	57
9. CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS.....	59
Capítulo 3 ► Impactos do novo CPC nas desapropriações	63
<i>Cesar Augusto Alckmin Jacob</i>	
1. NOTA INTRODUTÓRIA E DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	63
2. ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE E NECESSIDADE PÚBLICA	66
3. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC: CRITÉRIO DA ESPECIALIDADE.....	71
4. AS LACUNAS DA LEI GERAL DE DESAPROPRIAÇÕES E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	73
BIBLIOGRAFIA.....	79

Capítulo 4 ► Impactos do novo Código de Processo Civil no processo falimentar	81
<i>Clara Moreira Azzoni</i>	
1. RELAÇÃO DO PROCESSO FALIMENTAR COM A LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL	81
2. NCPC E IMPACTOS NO PROCESSO FALIMENTAR	83
2.1. COMPETÊNCIA	84
2.2. MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	86
2.3. DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	88
2.4. PRAZOS PROCESSUAIS	88
2.5. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA	90
2.6. SISTEMA RECURSAL	92
2.7. LEILÃO POR LANCES ORAIS	97
2.8. AÇÃO ORDINÁRIA	99
2.9. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	101
3. BIBLIOGRAFIA	104
Capítulo 5 ► Primeiras reflexões sobre os impactos do novo Código de Processo Civil no processo individual regulado pelo Código de Defesa do Consumidor	107
<i>Elie Pierre Eid</i>	
1. INTRODUÇÃO: BREVÍSSIMA NOTA SOBRE NORMAS GERAIS E ESPECIAIS EM MATÉRIA PROCESSUAL	107
2. O ÔNUS DA PROVA	109
2.1. ÔNUS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: PANORAMA GERAL	109
2.2. ÔNUS DA PROVA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: INOVAÇÕES	114
2.3. CONCLUSÕES PARCIAIS	119
3. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NOS CONFLITOS DE CONSUMO	119
4. TUTELAS DE OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA, DE FAZER E DE NÃO FAZER	122
5. POTENCIALIDADE DE REPETIÇÃO DAS DEMANDAS DE CONSUMO: APROXIMAÇÃO ENTRE O PROCESSO INDIVIDUAL E O COLETIVO	125
5.1. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS PARA AS RELAÇÕES DE CONSUMO	128
6. CONCLUSÕES	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
Capítulo 6 ► A Lei Maria da Penha e o novo CPC	137
<i>Freddie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira</i>	
1. NOTA	137
2. INTRODUÇÃO	137
3. AS “MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA” COMO ESPÉCIES DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA.	138
4. PROPOSITURA DA DEMANDA CÍVEL PERANTE A AUTORIDADE POLICIAL	141
5. CAPACIDADE POSTULATÓRIA ATRIBUÍDA À ALEGADA VÍTIMA PARA REQUERER AS “MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA”.	142
6. “MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA” CÍVEIS TÍPICAS	143
7. ATIPICIDADE DAS “MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA”	152
8. O PARADIGMA DO ART. 536, CAPUT E §1º, DO CPC. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE MEIOS	

SUMÁRIO

EXECUTIVOS PARA IMPLANTAR AS “MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA”	153
9. O CONTROLE DAS DECISÕES QUE VERSAM SOBRE AS “MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA”	157
10. INTIMAÇÃO PESSOAL DA AUTORA	158
11. COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	158
12. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.....	159
13. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	160
14. CONVENÇÕES PROCESSUAIS E PROCESSOS DA LEI MARIA DA PENHA.....	160

Capítulo 7 ► Aspectos Processuais da Lei do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) e o novo CPC..... 163
Freddie Didier Jr. e Paula Sarno Braga

1. INTRODUÇÃO.....	163
2. REFLEXOS NA DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	164
2.1. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL E ELEIÇÃO DE FORO EXCLUSIVAMENTE ESTRANGEIRO.....	164
2.1.1. O FORO DE ELEIÇÃO ESTRANGEIRO EM CONTRATO INTERNACIONAL E SUA ABUSIVIDADE NO CPC-2015.....	164
2.1.2. O FORO DE ELEIÇÃO EXCLUSIVAMENTE ESTRANGEIRO EM CONTRATO DE ADESÃO E SUA ABUSIVIDADE NA LEI DO MARCO CIVIL DA INTERNET.....	167
2.2. COMPETÊNCIA INTERNA DOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	168
3. NATUREZA JURÍDICA DO (JUDICIAL) NOTICE AND TAKE DOWN. ANÁLISE CRÍTICA.....	169
4. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA SATISFATIVA (ANTECIPADA).....	172
5. EXIBIÇÃO ANTECIPADA (INCIDENTAL OU AUTÔNOMA) DE REGISTROS DE CONEXÃO OU DE ACESSO A APLICAÇÕES DE INTERNET.....	175

Capítulo 8 ► Repercussões do Novo Código de Processo Civil nos procedimentos da lei de locações 177
Guilherme Tambarussi Bozzo

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	177
2. A SOLIDARIEDADE PASSIVA NAS RELAÇÕES LACATÍCIAS E OS EFEITOS DA SENTENÇA PROFERIDA SEM INTEGRAÇÃO DO CONTRADITÓRIO.....	179
3. LIMINARES EM AÇÃO DE DESPEJO E ESTABILIZAÇÃO DAS TUTELAS DE URGÊNCIA.....	184
4. JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO E CUMULAÇÃO DE PEDIDOS DE RESCISÃO COM COBRANÇA DE ENCARGOS NO PROCEDIMENTO DE DESPEJO.....	189
5. O PRAZO PARA PURGAÇÃO DA MORA E O SEU CÔMPUTO EM DIAS ÚTEIS.....	193
6. DA NÃO SUSPENSIVIDADE DOS PROCESSOS DOS PROCESSOS, SOMENTE DOS PRAZOS, NO INTERREGNO DO ART. 220, DO CPC/2015.....	197
7. AÇÃO REVISIONAL DE ALUGUEL E A REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO	199
REFERÊNCIAS.....	201

Capítulo 9 ► Impactos do novo Código de Processo Civil no mandado de segurança individual – análise geral 207
Lia Carolina Batista Cintra

1. INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	207
--	-----

SUMÁRIO

2.	O CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA: PROCEDIMENTO ESPECIAL VS. PROCEDIMENTO COMUM	210
2.1.	AINDA SOBRE O CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA: MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL E O NOVO SISTEMA RECURSAL	212
3.	MANDADO DE SEGURANÇA E CONTRADITÓRIO EFETIVO	214
4.	ORDEM DE JULGAMENTO DOS PROCESSOS.....	215
5.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	216
6.	INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO	216
7.	CONTAGEM DE PRAZOS EM DIAS ÚTEIS E O MANDADO DE SEGURANÇA	218
8.	PETIÇÃO INICIAL, AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MANDADO DE SEGURANÇA	218
9.	IMPROCEDÊNCIA LIMINAR E MANDADO DE SEGURANÇA.....	219
10.	INDICAÇÃO ERRÔNEA DA AUTORIDADE COATORA E/OU DA PESSOA JURÍDICA.....	220
11.	REEXAME NECESSÁRIO E AS LIMITAÇÕES TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	221
12.	SENTENÇA “DECLARATÓRIA” COMO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL E MANDADO DE SEGURANÇA	223
13.	CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	224
	REFERÊNCIAS	224
	Capítulo 10 ► O novo Código de Processo Civil e o mandado de segurança: impactos sobre a coisa julgada e o sistema recursal	227
	<i>Marco Antonio dos Santos Rodrigues</i>	
1.	A LEI N. 12.016/09 E A EDIÇÃO DE UM NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	227
2.	A COISA JULGADA NO MANDADO DE SEGURANÇA E O NOVO CPC	228
3.	RECURSOS NO MANDADO DE SEGURANÇA E OS IMPACTOS CAUSADOS PELO NOVO CPC	231
4.	À GUIA DE CONCLUSÃO	235
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	236
	Capítulo 11 ► Principais impactos na atuação das partes e terceiros no mandado de segurança individual à luz do NCPC.....	239
	<i>Marcos Vinícius Pinto</i>	
1.	INTRODUÇÃO.....	239
2.	PARTE LEGÍTIMA E A INDICAÇÃO INCORRETA DA AUTORIDADE COATORA: A NOVIDADE DO ART. 339 DO NCPC.....	240
2.1.	A QUEM INCUMBE O ÔNUS DE INDICAR A PARTE LEGÍTIMA: À PESSOA JURÍDICA OU À AUTORIDADE COATORA A ESTA VINCULADA?	242
2.2.	A ERRÔNEA INDICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA E MUDANÇA DA COMPETÊNCIA: O QUE OCORRE QUANDO A ALTERAÇÃO DA LEGITIMIDADE IMPLICA ALTERAÇÃO NO ÓRGÃO COMPETENTE?	246
3.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	249
3.1.	NOVAS QUESTÕES SOBRE A VELHA DISCUSSÃO ACERCA DA ASSISTÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA	250
3.2.	AMICUS CURIAE NO MANDADO DE SEGURANÇA	253
4.	CONCLUSÃO	256
	REFERÊNCIAS	257

Capítulo 12 ► A execução fiscal no novo Código de Processo Civil – reflexos da aplicação subsidiária e a modernização do sistema – um trato de convivência	261
<i>Mirna Cianci e Bruno Lopes Megna</i>	
1. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	261
2. A CITAÇÃO DO EXECUTADO.....	263
3. DA PENHORA E DO ARRESTO.....	265
4. MEIOS EXPROPRIATÓRIOS E PROCEDIMENTO	268
5. DA EXIGÊNCIA DE SEGURANÇA DO JUÍZO PELA PENHORA, COMO PRESSUPOSTO DA DEFESA DO EXECUTADO.....	270
6. DOS EMBARGOS E DA SENTENÇA EM EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	272
7. CONCLUSÃO	273
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	274
Capítulo 13 ► Impactos do novo Código de Processo Civil na Lei de Improbidade Administrativa	275
<i>Rita Quartieri</i>	
1. INTRODUÇÃO.....	275
2. O SISTEMA PROCESSUAL ESPECIAL DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	275
3. ADMISSIBILIDADE DA PETIÇÃO INICIAL.....	277
4. NOTIFICAÇÃO E JULGAMENTO.....	278
5. OBJETO LITIGIOSO E CAUSA DE PEDIR: FLEXIBILIZAÇÃO.....	282
CONCLUSÃO	284
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	284
Capítulo 14 ► Impactos do Novo Código de Processo Civil na Recuperação Judicial: compatibilidade entre as Leis n. 11.101/05 e 13.015/15.....	287
<i>Ronaldo Vasconcelos</i>	
1. NOVO CPC, SUJEITOS DO PROCESSO E A LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS.....	287
2. FASE DO PROCESSAMENTO: PARTE GERAL DO NCPD E A NECESSÁRIA ADOÇÃO DE TÉCNICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	290
3. FASE DO PLANO: FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL E MEDIAÇÃO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	298
4. FASE DE CUMPRIMENTO: PRAZO DE DURAÇÃO E NATUREZA DOS ATOS DO JUIZ NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL À LUZ DO CPC/15.....	305
5. CONCLUSÕES.....	309
6. BIBLIOGRAFIA	310
Capítulo 15 ► Impactos do novo CPC nas ações de usucapião especial individual rural e urbana.....	315
<i>Thaís Aranda Barrozo</i>	
INTRODUÇÃO.....	315
1. USUCAPIÃO ESPECIAL INDIVIDUAL	316
1.1. USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL (PRO LABORE).....	317
1.2. USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA INDIVIDUAL (PRÓ-MORADIA OU PRO MISERO).....	318

SUMÁRIO

2.	USUCAPIÃO ESPECIAL INDIVIDUAL RURAL E URBANA E O SISTEMA PROCESSUAL VIGENTE.....	320
2.1.	ASPECTOS PROCESSUAIS DA USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL NA LEI N.º 6.969/81	320
2.2.	ASPECTOS PROCESSUAIS DA USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA INDIVIDUAL NO ESTATUTO DA CIDADE..	323
3.	E O QUE MUDA COM A ENTRADA EM VIGOR DO NCPC?.....	325
3.1.	O NCPC E O RITO DAS AÇÕES DE USUCAPIÃO ESPECIAL INDIVIDUAL RURAL E URBANA	325
3.2.	REFLEXOS DO NCPC NAS REGRAS PARA CITAÇÃO	327
3.3.	O NCPC, AS REGRAS PARA AS INTIMAÇÕES NECESSÁRIAS E O PROCEDIMENTO EDITAL	329
3.4.	AUDIÊNCIA PARA TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO E INÍCIO DO PRAZO PARA RESPOSTA	331
3.5.	REGRAS ESPECIAIS QUE NÃO SOFRERÃO ALTERAÇÃO COM A VIGÊNCIA DO NCPC	332
4.	USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL	334
	CONCLUSÃO	336
	BIBLIOGRAFIA.....	337